

REFLEXÕES: QUESTÕES SOBRE AS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO *

Maria do Carmo Corrêa Galvão
Prof. Emérito/UFRJ

Resumo

O ensino qualificado da Geografia em todos os níveis se impõe como eixo central neste artigo. Discute ainda sobre o significado da Geografia enquanto área do conhecimento dotada de imenso alcance social por força de sua própria natureza, como ciência que lida com o processo de produção do espaço e como disciplina de formação e estruturação da sociedade..

Palavras-chave: Geografia; Ensino; Pós-Graduação e Orientação.

Abstract

High quality geography teaching in all levels is the main focus of this paper. It discusses the meaning of Geography as a field of knowledge with a far-reaching social range due to its particular nature, as a science which deals with the production process of space, and as a subject of formation and organization of society.

Key Words: Geography; teaching; postgraduate education (graduate school in the USA) and postgraduate supervision (or graduate supervision in the USA)..



REPENSANDO NOSSOS ENCONTROS

A realidade dos Encontros da ANPEGE parece indicar, por sua persistência, que o espírito daquela reunião inicial de “avaliação conjunta” de nossas experiências e questionamentos tem criado corpo desde então, consolidado, amadurecido e evoluído agora no sentido de fazer destes seminários um Fórum permanente de debates da Pós-Graduação em Geografia, no nível nacional, dentro do contexto abrangente de uma política educacional.

Assim concebido, parece-me implícito que a continuidade das nossas reflexões em torno de questões centrais de amplo alcance além daqueles que traduzem questões específicas ou peculiares dos próprios cursos em diferentes momentos de suas trajetórias, constituem uma das condições básicas e indispensáveis ao sucesso dos nossos trabalhos e de nossa luta por um aprimoramento, cada vez maior, do ensino e da pesquisa em Geografia em nosso país (que é, em última análise, aquilo que buscamos).

Por essa razão, a questão das “Atividades de Orientação em Pós-Graduação”, um tema importante de nossos debates, necessariamente, por certos eixos referenciais ou pressupostos básicos, alguns dos quais levantados e discutidos, mas não esgotados, no diversos Encontros da ANPEGE. Repensá-los de modo a situar melhor esta problemática parece-me necessário.

A primeira questão que aqui se coloca, e sem o que qualquer outra discussão sobre o ensino na pós-graduação se desfaz como inócua, é o significado da Geografia enquanto área do conhecimento dotada de imenso alcance social por força de sua própria natureza. Como ciência que lida com o processo de produção do espaço, cabe à Geografia papel relevante na sociedade de todos os tempos, particularmente em nossos dias, tanto pela função que lhe compete no processo criativo da educação e da cidadania – como disciplina de formação e estruturação mental -, quanto pela condição específica de instrumento de

(*) Texto preparado para o II Encontro da ANPEGE, 1997.

análise, de previsão e de compreensão da construção do espaço pelos seres humanos, enquanto ciência voltada para o estudo e compreensão desse processo.

Nesse contexto, o ensino da Geografia e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento como ciência configuram-se como metas às que a Universidade não pode se furtar, nem a sociedade moderna esquecer ou solapar.

O alcance da Geografia cresce ainda mais num país gigantesco e contraditório como o nosso, a desafiar a cada passo a eficácia de normas e regulamentações ditadas por princípios gerais já consagrados na economia, na administração, ou até mesmo na política. A crueza de nossas contradições e descompassos está a exigir um conhecimento cada vez mais profundo e mais interiorizado de suas raízes, de sua estrutura e de sua dinâmica no espaço, conhecimento para o qual a Geográfica tem a oferecer contribuição inegavelmente importante.

O ensino qualificado da Geografia em todos os níveis impõe-se, portanto, como uma necessidade inadiável. Para tanto, a Pós-Graduação se coloca como fonte geradora do próprio conhecimento geográfico e base realimentadora da formação de profissionais para o magistério e para o atendimento de usuários da geografia, no mercado de trabalho e no Planejamento.

Dentro dessa ordem de idéias emerge uma segunda questão, tão importante quanto a primeira. Se admitirmos o significado social da geografia e a necessidade de aprimoramento de seu ensino, devemos nos perguntar: o que é para nós a Pós-Graduação, a que nos propomos com ela e de que maneira a sua realização tem correspondido ao nosso projeto? Admitimos aí colocações conflitantes entre o ideal e o real, mas temos que aceitar esses conflitos, pois só assim teremos condições de perceber devidamente sua extensão e, dessa forma, superá-los.

Parece-me ponto pacífico o reconhecimento do espírito autoritário sob o qual se institucionalizou no país o ensino pós-graduado, concebido e estruturado com a Lei da Reforma Universitária de 1968 e que, atingindo indiscriminadamente todas as áreas do conhecimento, feriu de forma particularmente séria aquelas que lidam com o social, como a Geografia.

Levantada desde o primeiro Encontro, em importante documento analítico de Niuvenius de Paoli sobre o processo de ensino Universitário no Brasil, e reforçada, na mesma ocasião, por Pereira de Queiroz em pronunciamento direto e objetivo sobre a expansão e crise da Pós-Graduação, a questão tem sido reavivada nos Encontros da ANPEGE, e continua a merecer, a meu ver, novas ponderações.

Não cabe neste documento, evidentemente, um reexame da questão, mas vale a sugestão de que ela seja retomada em discussões específicas, e assumida como eixo de alinhamento de nossas reflexões, quando mais não seja, como grito de alerta a nos manter atentos ao exercício da crítica enquanto instrumento de avaliação de nossos trabalhos, e como referencial para a superação das limitações daquela estrutura autoritária.

Reconhecemos os problemas advindos de um sistema produzido a partir de modelos alienígenas, que pouco ou nada tem a ver com a nossa realidade educacional, e que nos foi imposto num momento em que procurávamos caminhar com os nossos próprios pés, na busca de soluções para os problemas da educação no país.

A segmentação do ensino decorrente da departamentalização instituída pela Reforma e a adoção do sistema de créditos viabilizada pela matrícula em disciplina semestrais representam, sem dúvida uma limitação frontal às perspectivas de uma formação básica integrada e coesa que a universidade vinha produzindo e buscava aprimorar.

Por sua vez, a extinção da cátedra que a Reforma empunha como bandeira de luta pela “democratização” da carreira universitária foi alcançada em sua plenitude, mas valeu como vitória de Pirro.

Eliminaram-se os vícios daquele sistema hegemônico, mas quebraram-se também com ele os laços de continuidade de trabalho e investigação que até então se consubstanciavam na geração e desenvolvimento de pesquisadores efetivamente capacitados – ainda que em número reduzido, como não poderia deixar de ser naquele momento.

Processou-se assim a queda gradativa da qualidade do ensino – massacrado pela massificação universitária que se iniciará nos anos 1960, esfacelado pela grande multiplicação de disciplinas relativamente autônomas trazidas pela Reforma, e despersonalizado pelo novo esquema de organização departamental, incluindo a eliminação da cátedra como célula de articulação entre ensino e pesquisa. O problema, de gravidade incontestável, traduz-se de maneira diversificada e profunda no ensino pós-graduado.

É no bojo de reflexões dessa ordem, ultrapassando os limites específicos do tema proposto, que a meu ver, deve ser discutida a questão das atividades de orientação em Pós-Graduação. Com esse tipo de preocupação, ainda que sob forma sumária, o tema será aqui abordado sob os seguintes setores: a) Organização e estruturas das atividades de orientação; b) Relacionamento orientador / orientando; c) Articulações entre currículo, linhas de pesquisa e orientação; Perspectivas das atividades de orientação.

Envolvendo questões mais amplas com vistas a uma discussão intensa e aberta sobre a Pós-Graduação, o trabalho tem por base fundamental, reflexões sobre a Pós-Graduação em Geografia no país, trazendo à tona questionamentos e problemas semelhantes enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DAS ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

Etapa final do processo de produção acadêmica de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da ciência e da sociedade, a Pós-Graduação tem como meta a capacitação profissional de pesquisadores de alto nível, e como parâmetro o Padrão de qualidade do ensino e da pesquisa com ele compatível. O mestrado e o doutorado corporificam dois níveis de aprimoramento a que a Pós-Graduação se propõe, diferenciando-se em termos de exigências quanto ao grau de aprofundamento do conhecimento científico, originalidade da investigação e criatividade do investigador.

Assume-se que o aluno de Pós-Graduação é um pesquisador em potencial, em estágio avançado de desenvolvimento, ou seja, já caminho da autonomia científica, mas ainda depende de um professor, o que justifica as atividades de Orientação como efetivamente necessárias.

Admitimos essas premissas, a Orientação se configura como um acompanhamento do pós-graduando nas diversas etapas de seu processo de qualificação acadêmica. A intensidade e frequência desse acompanhamento, em cada um dos níveis acima referidos, (Mestrado e Doutorado), dependem, evidentemente, das condições de preparo do próprio candidato, mas não somente ou exclusivamente de tais condições.

Variam também de acordo com a própria concepção de orientação por parte do Orientador e Orientando (questão que será tratada mais adiante), e variam ainda em função de duas categorias de Orientação definidas pelo sistema de Pós-Graduação instituído no país: a orientação acadêmica e a orientação científica.

As duas faces da orientação: objetivos e limitações

Como orientação acadêmica compreende-se o acompanhamento do candidato no sentido da obtenção de uma maior e melhor capacitação para a realização de sua pesquisa de Mestrado ou Doutorado. Tal orientação pressupõe a indicação e monitoramento de uma série de atividades, tais como leituras, estudos dirigidos, estágios de pesquisa e atendimento a cursos ou disciplinas que possam ampliar ou completar conhecimentos do candidato na área específica de seu interesse. Essa orientação pode ser confiada a docentes qualificados, vinculados ao Programa, que estejam devidamente familiarizados com sua organização curricular e sua sistemática operacional.

A orientação científica é o encaminhamento e supervisão do candidato na montagem e execução de sua própria pesquisa de mestrado ou doutorado, compreendendo, portanto, todas as etapas da investigação, análise crítica e discussão dos resultados (parciais e gerais), elaboração e desenvolvimento do projeto como um todo, e redação final da Dissertação (Mestrado) ou Tese (Doutorado). Esta orientação constitui atribuição exclusiva de docentes de alta qualificação e experiência em ensino e pesquisa, preferentemente pertencentes ao quadro do próprio Programa.

O desmembramento das atividades de orientação em duas categorias distintas e previsão de sua realização por orientadores diferentes traduzem contradições do sistema de Pós-Graduação que precisam ser questionadas.

Em princípio, tais atividades constituem um processo uno e contínuo, a ser acompanhado por um mesmo Orientador. Suas diretrizes não de ser, necessariamente, a definição clara e madura do candidato quanto à sua área de interesse e a opção, igualmente clara, quanto ao seu tema de pesquisa.

Esse é o princípio lógico que deve nortear a questão. Mas, exatamente por ele ser lógico, somos tentados a defini-lo como “ideal” ou “idealizado”, visto que a realidade entre nós nem sempre se caracteriza pela “lógica”. (Muitas vezes ela é, até mesmo ilógica ou pouco racional).

Aquele princípio é o que prevalece nos países avançados, de onde, “por coincidência”, extraímos o modelo de nossa Pós-Graduação. Deles trouxemos a forma, não, porém as bases que lhe dão suporte, pois essas, evidentemente, criam-se com raízes próprias, não se importam.

A organização que o nosso sistema prevê, como foi assinalado, não considera a orientação como atividade progressiva e integrada, nem ela tem sido assim realizada, e isso por diferentes razões de base das quais algumas serão aqui focalizadas, ainda que de forma incompleta ou inacabada.

Distorções estruturais do sistema

Segundo determinação do CFE, a integralização do Mestrado/Doutorado compreende, além da elaboração de um trabalho de pesquisa – Dissertação/Tese –, a obtenção de créditos em determinado número de disciplinas da Área de Concentração e de domínio conexo.

Como área de concentração entende-se o campo específico de conhecimento objeto de estudo escolhido pelo candidato (no caso a Geografia) e como domínio conexo qualquer matéria não pertencente aquele campo, mas conveniente ou necessária à formação do Mestre/Doutor (em Geografia).

Com tais quesitos, instituídos pelo sistema de Pós-Graduação vigente abre-se um amplo e diversificado leque de limitações e problemas, difíceis até mesmo de serem ordenados hierarquicamente, dadas as suas múltiplas imbricações. De qualquer modo, sua identificação representa já um primeiro passo para a sua compreensão e superação.

a) O atendimento a cursos ou disciplinas previstos como atividade complementar ou de suporte – e por isso mesmo a ela paralela –, passou a constituir um patamar da Pós-Graduação, isolado ou desconectado da pesquisa, pelo menos em termos cronológicos de sua execução. Essa questão já está até mesmo consagrada como fato consumado, a julgar pelas medidas de implementação assumidas por agências financiadoras como a CAPES ao estabelecer, para o sistema de Bolsas, as chamadas 1ª fase (créditos em disciplinas) e 2ª fase (tese).

b) A questão adquire mais um agravante por efeito da “imprecisão” dos conceitos e definição de Áreas de Concentração e Domínio conexo e pela obrigatoriedade de créditos em cada uma das áreas.

Muitas vezes, o conhecimento de que necessita o candidato para resolver um problema específico de sua pesquisa geográfica encontra-se fora da Geografia. A disciplina cursada terá que ser considerada,

necessariamente, área conexa, embora para a pesquisa seja elemento básico (concentração nesse caso).

Por força ainda da imposição de créditos nas duas áreas, pode ocorrer (e tem ocorrido efetivamente), que um aluno, por falta de opção, venha a cursar disciplina de pouco interesse para a sua qualificação ou para a sua pesquisa, só para complementar os créditos exigidos regimentalmente.

c) Os problemas até aqui levantados partem do pressuposto de que, ao estabelecer sua programação de trabalho com a ajuda de seu orientador, o pósgraduando já tenha previamente estabelecidos seu campo de interesse e seu tema de pesquisa. Essa seria a situação lógica e correta, e, como tal, traria certamente à discussão outras questões que não as aqui levantadas. A realidade, porém nem sempre é aquela, e por isso deve ser pensada tal como se apresenta.

O despreparo do alunado admitido na Pós-Graduação (trago aqui a experiência do Mestrado e Doutorado da UFRJ) explica porque boa parte dos candidatos só define seu tema de pesquisa no decorrer de disciplinas cursadas, ou após sua conclusão.

Não se quer com isso negar a possibilidade dos cursos abrirem novas perspectivas de investigação, e, dessa forma promovem até mesmo a mudança do tema de pesquisa do pós-graduado. Negar isso seria negar a liberdade e criatividade que deve perpassar toda atividade intelectual.

Mas a questão que aqui se coloca é diferente. Trata-se de uma inversão do papel que as disciplinas (ou cursos) deveriam desempenhar, ou seja, o de implementar, do ponto de vista, metodológico ou operacional, a realização da pesquisa de Pós-Graduação. Ao invés de lhe darem suporte elas é que estão gerando a investigação suscitando temas.

d) a in experiência discente, sobretudo em termos de pesquisa, manifesta-se ainda sob outra forma de limitação ao bom desempenho dos Programas de Pós-Graduação: o tempo excessivamente longo par a elaboração das teses que tem implicações diretas sobre as atividades de orientação.

O estancamento do fluxo de alunos no Programa, com a acumulação de pósgraduandos em fase de pesquisa sob supervisão de cada orientador, é mais um fator a contribuir para o desdobramento da orientação em duas etapas distintas, induzindo a que ela seja assumida por orientadores diferentes em cada etapa. Aquela orientação una e gradativa “ideal”, de que se falou anteriormente, se inviabiliza como “real”, por força de limitações da qualificação discente.

A RELAÇÃO ORIENTADOR/ORIENTADO

Complexa, diversificada e, por vezes difícil de ser definida, a relação orientador/orientando é não apenas extremamente importante para o desempenho de uma pós-graduação, mas absolutamente fundamental enquanto parte integrante daquele processo.

Passando por uma gama ampla de pré-condições – da competência à empatia -, a ela se prende boa parte do sucesso ou insucesso de um pós-graduando, com implicações que podem ser igualmente significativas para seu orientador e para próprio Programa a que ambos pertencem.

Da concepção do que seja uma atividade de orientação em pós-graduação, tanto do ponto de vista do orientador quanto do orientando, depende a relação entre esses dois parceiros e as exigências ou expectativas recíprocas. No dimensionamento e qualificação dessa relação de troca, há que se levar em conta particularidades múltiplas que vão das lacunas do orientando – por conta de ineficiências e falhas da Graduação, ou mesmo do sistema educacional como um todo -, às incertezas, indagações e questionamentos do orientador – por conta de seu saber ou de seu não saber. Humildade profissional, disposição e compreensão mútuas perpassam a relação.

É a partir desse posicionamento que as atividades de orientação podem tomar corpo, balisando-se inicialmente pela área de interesse do candidato e seu ajustamento a condições de empenho e disponibilidade de tempo do orientador.

Tendo em vista a situação vigente de desdobramento dessas atividades na Pós-Graduação, a orientação acadêmica pressupõe, (pelo menos na UFRJ), um atendimento do aluno em termos de opção por disciplinas a serem cursadas na própria instituição ou fora dela, e eventuais leituras ou indicações bibliográficas. Monitoramento do desempenho discente não tem sido realizado, talvez pelo fato dessa modalidade de orientação não estar ligada de maneira efetiva e direta, à pesquisa de tese. Confirma-se com isso, mais uma vez a distorção gerada nas atividades de orientação por condições internas de Pós-Graduação como Projeto.

A orientação científica constitui, pelo contrário, um acompanhamento muito próximo do candidato pelo orientador, embora possa variar, em cada caso, o grau daquela proximidade.

Dependendo do nível de autonomia do aluno, vale dizer, de sua experiência em pesquisa, a atuação do orientador será mais ou menos intensa, freqüente e diversificada.

Por parte do aluno também, a busca de apoio junto a seu orientador varia com o seu preparo.

Como já foi assinalado anteriormente, a orientação científica objetiva da pesquisa de Mestrado/Doutorado pressupõe a participação do orientador em todas as fases do processo de investigação.

De uma maneira geral, as etapas mais trabalhosas dessa orientação são a montagem do projeto, a partir de questões ou problemas que definem seu objeto de investigação, e o delineamento de seu perfil metodológico. A coerência interna do trabalho e sua redação clara e correta constituem cuidados a que o orientador tem que estar sempre atento, no sentido de realizar as observações e correções que se façam necessárias, nos diferentes momentos de sua realização.

As relações de orientação são, sem duvida alguma, muito diversificadas e não podem ser definidas dentro de padrões ou modelos pré-concebidos, mas para que elas realmente existam, a condição básica é o ajuste de interesse, dedicação e tempo, entre orientador e orientando. O “estado de disponibilidade”, do orientador é essencial, razão por que se faz necessária a limitação do número de orientandos por orientador. O fluxo de alunos no Programa é, por isso mesmo, imprescindível ao seu bom funcionamento como um todo.

Esta questão remete, de imediato, à discussão de que o atendimento pleno das atividades de orientação transcendem os seus próprios limites, pressupondo condições gerais mais amplas de organização e estrutura da pós-graduação em diferentes níveis.

Dentre essas condições, serão aqui lembradas, pela importância de que se revestem, de um lado as articulações curriculares entre ensino e linhas de pesquisa no Mestrado e Doutorado, e de outro a diversificação da Pós-Graduação, em nível de Especialização e Aperfeiçoamento, como alternativa para uma maior eficiência do Mestrado e Doutorado, interferindo por via indireta nas atividades de orientação.

ARTICULAÇÃO ENTRE CURRÍCULO, LINHAS DE PESQUISA E ORIENTAÇÃO

A complexidade das atividades de orientação, a diversidade dos níveis de preparo e de maturidade dos alunos, e a multiplicidade “ilimitada” de temas de investigação trazem à nossa reflexão uma questão já discutida em outras ocasiões, mas ainda não resolvida entre nós. Refiro-me à adequação entre currículo e linhas de pesquisa em cada Programa, como condicionante importante para o desempenho das atividades de orientação.

Esta proposta não significa a homogeneização ou padronização de currículos com base em “modelos formais”, aos quais todos os Cursos devam se ajustar. Muito pelo contrário, assume-se como pressuposto

inquestionável que a definição do conteúdo e a estruturação interna de um Currículo de Pós-Graduação são de competência exclusiva de seus próprios quadros.

Reconhece-se com isso, a diversidade de currículos expressando o direcionamento de cada Programa, segundo áreas preferenciais de ensino e pesquisa. O leque de opções de cada curso depende, evidentemente de áreas de investigação em que se encontram engajados.

Assume-se, ademais, que as atividades de pesquisa são anteriores à implantação de um curso, e que o próprio exercício da pesquisa pressupõe uma área de interesse ou campo específico de saber, a que se dedica o pesquisador. Definem-se, por essa via, os eixos fundamentais de um currículo de Pós-Graduação, em termos de programação de disciplinas e de linhas de investigação que serão ampliadas e fortalecidas com as dissertações e teses.

A articulação entre ensino e pesquisa, viabilizada por esse balisamento de curso propicia condições de maior eficiência e realização docente e discente. Reduzem-se os riscos de uma dispersão de esforços, advinda da pulverização de disciplinas ou atomização de temas de pesquisa, e agiliza-se o processo de elaboração das Dissertações e Teses, que se vem desenrolando com excessiva morosidade em, praticamente, todos os Programas até agora implantados.

A coerência curricular, assim entendida, não só amplia a margem de rendimento das atividades de orientação, como consolida o perfil acadêmico do Programa, sem prejuízo ou violação do espírito criativo, questionador e crítico, próprios de uma atividade intelectual verdadeira, que define e sintetiza o direito à liberdade de pensar.

ALTERNATIVAS PARA OS PROBLEMAS DE ORIENTAÇÃO

Pelo que se viu anteriormente, os problemas interpostos às atividades de orientação decorrem, em boa parte, das condições insuficientes de aptidão ou qualificação do alunado da Pós-Graduação para a elaboração de uma dissertação ou tese.

O despreparo discente, sobretudo em atividades de pesquisa representa séria limitação ao desenvolvimento pleno de um Programa, responsável que é pelo estrangulamento do Curso com o acúmulo de alunos em fase de tese. A sobrecarga dos orientadores, em certos momentos, é inevitável e repercute no rendimento global das atividades programadas.

Essa situação consubstancia dois tipos de problemas que merecem ser aqui focalizados. O primeiro diz respeito a deficiências da Graduação que estão a exigir uma reformulação ampla de seu conteúdo e bases estruturais, mas cuja discussão foge aos objetivos deste trabalho. Cabe, entretanto, aqui levantar como ponto para nossa reflexão, a necessidade urgente de implementação da prática de pesquisa na Graduação como atividade curricular obrigatória, em bases suficientemente sólidas que propiciem aos graduandos uma experiência efetiva na investigação geográfica. Dessa prática serão beneficiados todos os graduados e para aqueles que prosseguirem na Pós-Graduação, será fundamental como suporte para as pesquisas de tese e a própria composição curricular no Mestrado.

A segunda questão diz respeito à elevada proporção de alunos que ao completarem os créditos em disciplina trancam a matrícula, mas não retornam ao Programa após o período máximo de trancamento (dois anos). Boa parte se constitui de pesquisadores e técnicos de áreas diversas ou professores de nível médio que buscam melhor qualificação profissional, mas não necessariamente uma titulação acadêmica condicionada à produção de um trabalho científico.

Para o atendimento dessa clientela, que em determinados Programas já é numericamente expressiva, a Pós-Graduação em nível de Aperfeiçoamento e Especialização se coloca como alternativa de grande significado. A implementação de tais Cursos, dentro de padrões elevados de qualidade e programações

compatíveis com os objetos visados, virá contribuir para uma canalização mais adequada dos anseios de capacitação profissional daqueles candidatos, propiciando assim um redimensionamento de demanda ao Mestrado. Com tal redimensionamento o próprio Mestrado será fortalecido em termos de uma absorção mais completa dos que o procuram e de um melhor desempenho nas atividades de orientação necessárias à capacitação de Mestres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui levantadas não são questões acabadas nem respondidas, mas pontos de reflexão para os nossos trabalhos, tendo por base a experiência vivida pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia.

As discussões sobre tais problemas e suas soluções não podem, entretanto, se ater a eles mesmos. Elas hão de ter como fundamento e base uma questão mais ampla que, no meu entender, pode ser resumida nos focos assinalados na introdução deste trabalho: o significado social da Geografia que justifica todo e qualquer investimento no sentido de seu desenvolvimento como ciência – donde a relevância da Pós-Graduação –, e a definição daquilo a que nos propomos com nossos Programas de forma a identificar se, com a sua realização, estamos atingindo nosso Projeto.

Sem dúvida, o sistema oficial de Pós-Graduação entre nós implantado contém vícios e falhas cujas origens já conhecemos. Uma revisão crítica, séria e criteriosa de sua fundamentação filosófica educacional e de sua implantação merece e exige nossa reflexão.

A experiência por todos nós acumulada, nos anos de trabalho assíduo, pertinaz e sofrido que dedicamos aos nossos Programas, constitui suporte de valor inestimável para aquela revisão. Essa experiência repensada e refletida nos permite, sobretudo, redimensionar as falhas do sistema com maior clareza e não apenas aquelas, mas também as nossas próprias falhas.

As diversas formas com que até agora procuramos contornar problemas decorrentes da rigidez estrutural do sistema devem ser o ponto de partida para as reformulações necessárias. Será com base nessa experiência vivida e madura que poderemos lutar por um sistema mais flexível e mais condizente com a nossa realidade em suas diferenciações regionais reconhecendo limitações e estimulando suas inegáveis potencialidades.

Não podemos atribuir ao sistema todos os problemas com que nos defrontamos. Há que neles reconhecer a parcela que nos cabe e dessa forma partir, com segurança e paixão, mas sem radicalismos, na construção de novos caminhos para a Pós-Graduação que aspiramos com pés no chão e olhar no infinito.

Recebido em maio de 2007

Aceito em agosto de 2007